



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de diligência por esta comissão, em conjunto com a Comissão da Amazônia, Integração Regional e Desenvolvimento Regional, para verificação de fatos acontecidos no canteiro de obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Senhoras e Senhores parlamentares,

Requeiro nos termos regimentais, a realização de diligência por esta Comissão conjunto com a Comissão da Amazônia, Integração Regional e Desenvolvimento Regional para apurar fatos ocorridos no canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira, no Estado do Pará.

JUSTIFICATIVA

A usina de Belo Monte será a terceira maior do mundo em capacidade de geração de energia, 11.233 MW (megawatts), atrás da chinesa Três Gargantas, com 22,5 mil MW, e da binacional Itaipu, com 14 mil MW. O governo estima que o custo da obra alcançará R\$ 25 bilhões e atenderá uma população de 26 milhões de pessoas. Já representantes da iniciativa privada acreditam que o custo chegará aos R\$ 30 bilhões. A primeira unidade geradora da hidrelétrica de Belo Monte deverá entrar em operação comercial em fevereiro de 2015.

A polêmica em torno da construção da usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em sua parte paraense, já dura mais de 20 anos. Entre muitas idas e vindas, a hidrelétrica de Belo Monte, hoje considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, vem sendo alvo de intensos debates na região, desde 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Os debates se intensificaram a partir de fevereiro de 2010, quando o Ministério do Meio Ambiente - MMA concedeu a licença ambiental prévia para sua construção e, recentemente, com a concessão da licença de instalação parcial pelo IBAMA.

Nos últimos dias, acompanhamos pela imprensa nacional fatos preocupantes ocorridos nos canteiros de obras da usina de Belo Monte, no Pará, tais como greves e revolta de trabalhadores, denúncias de violência policial e de demissões dos que denunciam condições de trabalho e reivindicam direitos e melhorias salariais.

Portanto, faz-se necessário o acompanhamento desta Comissão, bem como a verificação in loco das denúncias relatadas, para que esta Casa e a sociedade tenham conhecimento dos fatos denunciados.

Pelas razões acima expostas, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.

Deputado Arnaldo Jordy

PPS/PA